

zete - Subsecretário de Planejamento e Orçamento da Secretaria de Planejamento do Estado do Rio de Janeiro. Dando prosseguimento, o Senhor Presidente passou a palavra ao Sr. Guilherme Macedo Reis Mercês -. Secretário de Estado de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro que fez uma ampla explanação com uso de slides e ao Dr. Anderson Monzete - Subsecretário de Planejamento e Orçamento da Secretaria de Planejamento do Estado do Rio de Janeiro, que usou o mesmo recurso para suas explicações. A seguir, O Senhor Presidente passou a palavra aos Deputados membros da Comissão e aos demais Deputados presentes deste Poder Legislativo Após amplo debate, onde todos fizeram uso da palavra com vários questionamentos que foram respondidos pelos Secretários, e como nada mais houvesse a tratar, o Senhor Presidente Deputado Márcio Canella informou que o Link <https://www.youtube.com/watch?v=RT4T0ssdopY> contém a Audiência Pública na íntegra. Nada mais havendo a tratar e como ninguém quisesse o uso da palavra, o Senhor Presidente, Deputado Márcio Canella agradeceu a presença de todos e suspendeu a audiência para que eu, Ada de Assis Paiva, Secretária 201.134-4, lavrasse a presente ata. Reabertos os trabalhos, foi a ata lida, aprovada e segue assinada por mim e pelo Senhor Presidente, Deputado Márcio Canella. Sala das Comissões - virtual pela Plataforma Zoom, em cinco de abril de dois mil e vinte e um. (a) Ada de Assis Paiva - Secretária e Deputado MÁRCIO CANELLA -Presidente

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

*ATA DA 3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos vinte dias de outubro de dois mil e vinte, às onze horas, na Plataforma Zoom, conforme Art. 6º do Ato nº 1/MD/nº 651/2020, com a presença dos Senhores Deputados Márcio Canella - Presidente, Rodrigo Bacellar - Vice-Presidente, Márcio Pacheco, Luiz Paulo e Eliomar Coelho - membros efetivos desta Comissão e Deputado Renan Ferrerinha. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Deputado Márcio Canella, abriu os trabalhos da 3ª Audiência Pública Remota, com o seguinte tema: Demonstração e avaliação do Poder Executivo ao cumprimento das metas fiscais do 2º quadrimestre de 2020, conforme determinação do §4º do art. 9 Lei Complementar nº101, de 04 de maio de 2000 c/c do art. 43 da Lei Estadual nº 8485 de 30 de julho de 2019. O Senhor presidente comunicou a presença dos Senhores: Leonardo Lobo - Subsecretário de Finanças da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, José Luis Cardoso Zamith - Secretário de Estado de Planejamento e Gestão do Estado do Rio de Janeiro, Anderson Monteze - Subsecretário de Planejamento e Orçamento; Maria de Fátima Lopes Leite - Assessora Chefe; Mônica Maria de Sousa - Superintendente de Orçamento; Rafael Ventura Abreu - Superintendente de Planejamento; Vinicius Milward de Azevedo Reis - Superintendente Qualidade da Despesa Pública; Maria Julia Miranda, Assessora Parlamentar; Paula Andressa Fernandes, Secretária de Finanças e Orçamento; Anderson Monteze - Subsecretário de Planejamento e Orçamento; Maria de Fátima Lopes Leite - Assessora Chefe; Mônica Maria de Sousa - Superintendente de Orçamento; Rafael Ventura Abreu - Superintendente de Planejamento; Vinicius Milward de Azevedo Reis - Superintendente Qualidade da Despesa Pública; Mônica Maria de Sousa - Superintendente de Orçamento; Rafael Ventura Abreu - Superintendente de Planejamento; Vinicius Milward de Azevedo Reis - Superintendente Qualidade da Despesa Pública; Diretora de Finanças e Orçamento; Dr. Bruno Hazan Carneiro, Procurador do Estado do Rio de Janeiro; Cláudio Torres Carvalho - Diretor-Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro; Gabriel Albuquerque Pinto - Diretor-Geral de Gestão de Pessoas do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro; Ana Paula da Silva Vargas - Assessora da Assessoria de Planejamento e Orçamento do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro; Eliezer Viana da Oliveira - Assessor da Assessoria Técnica de Custos e Economicidade do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro; Rodrigo Silva da Conceição - Assessor da Assessoria Técnica de Custos e Economicidade do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro; Dr. Marcelo Vieira de Azevedo - Secretário de Planejamento e Finanças do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Mauro Osório - Assessoria Fiscal da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro; Dra. Andréa Sena Da Silveira - Presidente da Associação das Defensoras e Defensores Públicos do Estado do Rio de Janeiro- ADPERJ. Dando prosseguimento, o Senhor Presidente passou a palavra ao Sr. Leonardo Lobo - Subsecretário de Finanças da Secretaria de Fazenda e ao José Luis Cardoso Zamith - Secretário de Estado de Planejamento e Gestão do Estado do Rio de Janeiro, que apresentaram slides e explanaram sobre o tema da reunião, A seguir, O Senhor Presidente passou a palavra aos Deputados membros da Comissão e aos demais Deputados presentes deste Poder Legislativo e aos participantes da presente audiência. Após amplo debate, onde todos fizeram uso da palavra, como nada mais houvesse a tratar, o Senhor Presidente Deputado Márcio Canella informou que o Link www.youtube.com/watch?v=M4-Jva-bLms contém a Audiência Pública na íntegra. Nada mais havendo a tratar e como ninguém quisesse o uso da palavra, o Senhor Presidente, Deputado Márcio Canella agradeceu a presença de todos e suspendeu a audiência para que eu, Ada de Assis Paiva, Secretária 201.134-4, lavrasse a presente ata. Reabertos os trabalhos, foi a ata lida, aprovada e segue assinada por mim e pelo Senhor Presidente, Deputado Márcio Canella. Sala das Comissões - virtual pela Plataforma Zoom, em vinte de outubro de dois mil e vinte. (a) Ada de Assis Paiva - Secretária e Deputado Márcio Canella-Presidente;

*(Replicado por haver saído com incorreções)

COMISSÃO DE TRABALHO, LEGISLAÇÃO SOCIAL E SEGURIDADE SOCIAL

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, às dez horas e trinta minutos, por meios digitais, conforme Art. 6º do Ato "N" /MD/nº 651/2020, publicado em 13 de março de 2020, reuniu-se a Comissão de Trabalho, Legislação Social e Seguridade Social, com a presença dos Senhores Deputados Mônica Francisco - Presidenta; Enfermeira Rejane - Vice-presidente, Zeidan e Dionísio Lins, membros efetivos; Filipe Poubel e Flávio Serafini, suplentes deste órgão técnico. Havendo número legal, a Senhora Presidenta declarou aberta a 1ª Reunião Extraordinária, conforme convocação por edital, publicado em 07.04.2021. A seguir, a Senhora Presidenta agradeceu a presença de todos e comunicou aos deputados membros da Comissão que estivessem impossibilitados de participar da reunião pela plataforma Zoom, que eles poderiam deixar seus votos consignados no grupo de What's App dos Deputados da Comissão de Trabalho, Legislação Social e Seguridade Social. Prosseguindo, Sua Excelência informou ainda que o edital desta reunião será republicado, para que constem todos os temas para a realização de audiências públicas, que foram sugeridos pelos senhores Deputados. Em seguida, colocou em pauta a deliberação de audiências públicas, com os temas: - Audiência pública em conjunto com a Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e a Comissão de Saúde da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, para discutir a abertura de leitos para pacientes com COVID-19 no Rio de Janeiro; - A situação das trabalhadoras e dos trabalhadores "offshore", no município de Macaé. (Ofício nº 105/2021, do Deputado Chico Machado); - Saúde do Trabalhador em tempos de pandemia: A realidade dos petroleiros da REDUC e a economia do Estado do Rio de Janeiro; - Política de assistência social e população em situação de rua; Entre a garantia de direitos, a repressão e o higienismo; - O processo de privatização da Eletrobrás e seus impactos na economia do Estado do Rio de Janeiro; - A condição dos trabalhadores da Economia Solidária, em tempos de pandemia; - Geração de emprego e renda e os negócios de impacto social no Estado do Rio de Janeiro; - A Lei do Piso Salarial Estadual; - Em defesa da Economia e do trabalho por um plano de vacinação estadual; - O processo de privatização das empresas estatais federais no Estado do Rio de Janeiro e a perda de controle estatal sobre setores estratégicos; - A situação dos/as trabalhadores/as por aplicativos no Rio de Janeiro; - A falta d'água no Estado do Rio de Janeiro e o

impacto na vida dos/as trabalhadores/as; - A situação dos trabalhadores da cultura no Estado do Rio de Janeiro; - A situação dos trabalhadores de museus no Estado do Rio de Janeiro; - Fechamento do Hospital Estadual Eduardo Rabelo e os débitos trabalhistas oriundos das empresas contratadas para serviços administrativos e de limpeza. (Ofício nº 46/2021, da Deputada Enfermeira Rejane); - A não entrega do Projeto de Lei sobre Piso Salarial para o ano de 2021 para a Alerj e seus impactos na renda dos trabalhadores. (Ofício nº 47/2021, da Deputada Enfermeira Rejane); - As condições de trabalho dos profissionais de saúde vinculados à Fundação Estadual de Saúde e o enfrentamento do Covid-19. (Ofício nº 48/2021, da Deputada Enfermeira Rejane); - Precarização do trabalho de Assistentes Sociais e Psicólogos nos equipamentos da Assistência Social. (Ofício GDZ nº 040/2021, da Deputada Zeidan); - A desproteção dos trabalhadores da linha de frente na pandemia. (Ofício GDZ nº 040/2021, da Deputada Zeidan); - Descumprimento de dissídios profissionais concursados nas atividades essenciais. (Ofício GDZ nº 040/2021, da Deputada Zeidan); - Descumprimento do Piso Salarial Estadual. (Ofício GDZ nº 040/2021, da Deputada Zeidan); - A privatização e as condições das trabalhadoras e dos trabalhadores da Cedae; - As condições de trabalho da população LGVT; - Audiência pública em conjunto com a Comissão de Saúde da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, para tratar sobre o desmonte da saúde pública e o retorno das OSs, no Município do Rio de Janeiro. Na forma regimental, foi feita a votação em bloco, tendo sido aprovadas as referidas audiências, por unanimidade, constando os votos dos Senhores Deputados Enfermeira Rejane, Flávio Serafini, Filipe Poubel e Chico Machado, que enviaram os seus votos por escrito, para o grupo de What's App dos Deputados da Comissão de Trabalho, Legislação Social e Seguridade Social. A seguir, a Senhora Presidenta franqueou a palavra ao Deputado Dionísio Lins, que em sua fala parabenizou a Deputada Mônica Francisco, pela excelente condução dos trabalhos deste órgão técnico. Com a palavra, a Deputada Zeidan elogiou a Senhora Presidente pela forma democrática que conduz os trabalhos da Comissão e falou da necessidade de um debate sobre a situação do SUAS. Nada mais havendo a tratar, Sua Excelência agradeceu a participação de todos e suspendeu a reunião para que eu, Jussidia Guimarães Palmeirim, Secretária, lavrasse a presente ata. Reabertos os trabalhos, foi lida e aprovada a ata, sendo assinada por mim e pela Senhora Presidenta, que encerrou a reunião em seguida. Sala das Comissões (meios digitais), oito de abril de dois mil e vinte e um. Jussidia Guimarães Palmeirim, Secretária e Deputada Mônica Francisco, Presidenta.

TEMPORÁRIAS

COMISSÃO ESPECIAL DE ENFRENTAMENTO À MISÉRIA E À EXTREMA POBREZA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (REQUERIMENTO Nº 212/2021)

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, às dez horas, via Plataforma Zoom (vídeoconferência), reuniu-se a Comissão em epígrafe, instituída pelo Requerimento nº 212/2021, sob a Presidência da Senhora Deputada Renata Souza, com a presença dos Senhores Deputados Enfermeira Rejane - Vice-Presidente, Flavio Serafini - Relator, Martha Rocha e Zeidan, membros efetivos; bem como o Senhor Deputado Waldeck Carneiro, membro suplente. Havendo número regimental, Sua Excelência, a Senhora Presidente, declarou aberta a Reunião Ordinária, conforme convocação por edital publicado na data de sete de abril do corrente ano, informando que a reunião tem como objetivo a aprovação do plano e cronograma dos trabalhos. Em continuidade, a Senhora Presidente esclareceu que o presente Plano de Trabalho tem por objetivo dotar a Comissão Especial em epígrafe de um instrumento de planejamento, visando o seu eficaz funcionamento. Explicou ainda que pretende fazer com que esta Comissão Especial efetue a oitiva de diversas autoridades públicas e especialistas no tema, assim como audiências públicas com participação de organizações e coletivos da sociedade civil que estão na ponta do enfrentamento da miséria e da extrema pobreza no Estado do Rio de Janeiro. Salientou que objetivo mais amplo da Comissão será apontar alternativas viáveis e contudentes para a implementação de políticas públicas para o enfrentamento das múltiplas expressões da miséria e da extrema pobreza. Para concluir, informou que o Plano e o Cronograma de trabalho estão abertos a sofrer mudanças e inclusão de locais e temas que se façam necessários durante o período de funcionamento desta Comissão, principalmente no que tange ao debate fundamental sobre segurança alimentar. Dando prosseguimento, a Senhora Presidente acrescentou que o Plano de Trabalho e o Cronograma foram enviados previamente a todos os deputados membros, bem como as respectivas assessorias, e sugeriu que fossem apresentadas para votação as seguintes propostas: 1) Oitivas com as Secretarias Municipais de Assistência Social e Secretaria Estadual de Assistência Social; Secretarias Municipais de Saúde e Secretaria Estadual de Saúde; Secretarias Municipais de Meio Ambiente e Secretaria Estadual de Meio Ambiente, responsáveis pelo saneamento básico e outras Secretarias Municipais ou Estaduais que consideramos pertinente; 2) Realização e articulação de consultas públicas aos núcleos de pesquisa das universidades atuantes nas cidades e regiões mapeadas; 3) Realizar diligências e visitas territoriais em municípios estratégicos que apresentem altos índices de desigualdade, pobreza e miséria, em contraponto com bons índices de desenvolvimento econômico e arrecadação; 4) Realizar diligências e visitas territoriais em municípios estratégicos que apresentem baixo IDH, com o cuidado de atuar fortemente nos municípios para além da região metropolitana; 5) Realizar oitiva das organizações comunitárias e sociais que estejam na ponta do enfrentamento à miséria e extrema pobreza; 6) Audiências Públicas, Audiências Públicas Externas, Audiências Públicas Conjuntas e Visitas Técnicas que se fizerem necessárias ao longo desta comissão. Apresentadas as propostas, a Senhora Presidente concedeu a palavra aos membros da Comissão, fazendo inicialmente o uso desta o Senhor Deputado Waldeck Carneiro que saudou os presentes, elogiou o Plano de Trabalho, aprovou-o e propôs que, entre os coletivos da sociedade civil que a Comissão pretenda ouvir, faça parte também o Fórum Permanente de Diálogo com as Mulheres Negras, e em relação às Secretarias, chamar as Estaduais e Municipais de Trabalho e Renda e as Secretarias Estaduais e Municipais de Desenvolvimento Econômico. Prosseguindo, foi passada a palavra à Senhora Deputada Enfermeira Rejane, Vice-Presidente da Comissão, que cumprimentou os deputados presentes, elogiou e aprovou o Plano de Trabalho e destacou a importância da criação desta Comissão Especial. Ato contínuo, foi passada a palavra à Senhora Deputada Zeidan que parabenizou e aprovou o Plano de Trabalho e afirmou que gostaria que fosse acrescentado à lista de visitas alguns municípios com o IDH positivo, como por exemplo Niterói e Maricá, pois municípios como estes já realizam ações de políticas públicas de atendimento à população de extrema pobreza, bem como incluir na pauta a Economia Solidária, fundamental contribuição para que possamos levar para o Estado e para a capital do Rio de Janeiro não só a questão da parceria em relação à moeda social em bancos comunitários, bem como a elaboração e o fomento da Economia Solidária para que esta possa gerar renda e atuar ajudando na formação da juventude e das mulheres na questão da geração de renda. Prosseguindo, a Senhora Presidente agradeceu a contribuição e franqueou a palavra ao Senhor Deputado Flavio Serafini, relator, que parabenizou e aprovou o Plano de Trabalho, concordando inclusive com os adendos apresentados pelos demais deputados e acrescentou que vivemos um tema fundamental, pois no Brasil já há algum tempo sabemos que não tem como se pensar em condições de saúde sem pensar nas condições sociais e ambientais em que a população vive e em um momento fundamental como este que estamos vivendo com a pandemia, onde a crise social e econômica se agravam, ter abordagem da questão da pobreza e essa perspectiva social é fundamental para que se pense nas ações estruturantes que vão permitir superar esse quadro de grave crise que temos enfrentado e sem dúvidas o Plano de Trabalho ajuda a caminhar nesse sentido. Dando prosseguimento, a Senhora Presidente informou que, por problemas com a conexão de internet, a Senhora Deputada Martha Rocha não conseguiu se fazer presente, mas deixou

consignado seu voto, sendo este favorável ao plano e cronograma de trabalho. Findas as exposições, a Senhora Presidente apresentou para votação todas as propostas apresentadas pelos membros da Comissão, sendo todas aprovadas unanimemente. Por fim, o Senhor Deputado Waldeck pediu a palavra com o intuito de registrar o falecimento da professora Andréia Faustino de Souza Silva, decorrente da Covid-19, no transcurso de seu trabalho no Colégio Roberto Silveira em São João de Meriti e finalizou destacando o absurdo de se manter escolas em funcionamento durante a bandeira vermelha sem a devida imunização dos professores. Em seguida, a Senhora Presidente acatou a homenagem e deixou sua solidariedade e suas condolências à família da professora Andréia e a todas as outras famílias que vêm perdendo seus entes queridos nesta pandemia. Acrescentou que foi publicado no Diário Oficial da presente data uma Indicação Legislativa sobre o custeamento da merenda infantil a partir do Fundo de Combate à Pobreza do Estado do Rio de Janeiro. Após, nada mais havendo a tratar e não havendo quem mais desejasse fazer uso da palavra, a Senhora Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a presente Reunião, da qual, para constar, eu, Elaine Inácio Lauria, matrícula 201.776-2, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pela Senhora Presidente. Rio de Janeiro, 09 de abril de 2021. (a) Elaine Inácio Lauria - Secretária(a) Deputada Renata Souza - Presidente

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A QUEDA NA ARRECAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO REFERENTE ÀS RECEITAS COMPENSATÓRIAS DA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS. (RESOLUÇÃO Nº 372/2021)

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Às dez horas do dia 05 de abril de dois mil e vinte e um, via Plataforma Zoom, reuniu-se a Comissão em epígrafe, instituída pela Resolução nº 372/2021, sob a Presidência do Senhor Deputado Luiz Paulo e contando com as presenças dos Senhores Deputados Chico Machado - Vice-Presidente, Márcio Pacheco - Relator, Martha Rocha, Célia Jordão e Waldeck Carneiro, membros titulares e dos Senhores Deputados Carlos Macedo, Dionísio Lins e Enfermeira Rejane, membros suplentes. Presente, também, o Procurador da ALERJ, Doutor Rodrigo Lopes Lourenço. Havendo número regimental, o Senhor Presidente abriu os trabalhos falando sobre os objetivos desta sessão, que seriam a discussão e aprovação do Programa de Trabalho; a deliberação das primeiras oitivas e a deliberação da requisição de profissionais com expertise na área para auxiliar nos trabalhos. Em seguida, passou à análise dos itens do Programa, não havendo sugestões ou alterações com referência aos Itens 1. ROYALTIES, e 2. PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS. Fazendo uso da palavra, o Senhor Deputado Waldeck Carneiro, elogiou o trabalho, dizendo ser ele uma compilação da legislação que disciplina a matéria. Em seguida, o Senhor Presidente comentou que o demonstrado na figura 21 do item 2, deu motivo a que o Presidente da Casa, viesse a propor a criação desta CPI, em razão do prejuízo verificado ao se cotejar o primeiro bimestre de 2020 com o mesmo período de 2021, decorrente dos abatimentos efetuados nas participações especiais, quando deveria haver um aumento na arrecadação. Em votação, os itens 1 e 2 foram aprovados. Dando prosseguimento, comentou o item 3, o Programa de Trabalho propriamente dito, falando sobre as vertentes principais tais como: promover oitivas, analisar contratos, promover debates e propor medidas de forma a recuperar e corrigir as distorções na arrecadação do Estado, ouvindo os diversos atores e instituições. Colocado em votação, o item 3, também, foi aprovado. Por último colocou em discussão o item 4, que trata das recomendações, enfatizando que a CPI não utilizaria os institutos de Direito Tributário, pois o seu foco central são as perdas de receitas originárias. Acrescentou, que os pedidos de oitivas e de documentos deverão ser apresentados com sua justificativa, para análise do pleno da Comissão, sugerindo, em seguida, a ordem das oitivas. Em votação o item 4 foi aprovado. Após, concedeu a palavra aos demais membros, tendo o Relator, Deputado Waldeck Carneiro, solicitado que nas oitivas das instituições que atuam na área, fosse incluída a ABEP - Associação Brasileira de Empresas de Exploração e Produção de Petróleo e Gás, pois essa Associação em 2019, entrou com uma ADI para limitar a atuação do Poder Legislativo no acompanhamento e fiscalização das receitas oriundas do petróleo e afoi vencida. Em seguida, o Relator, Deputado Márcio Pacheco, falou que também aprovava o Programa e destacou a importância de se ouvir os Prefeitos que estão sendo bastante prejudicados, e o Senhor Presidente mencionou que será solicitada a participação da OMPETRO - Organização dos Municípios Produtores de Petróleo. Dando prosseguimento, a Senhora Deputada Célia Jordão, no uso da palavra, falou sobre a possibilidade de a Comissão analisar, também, a questão dos municípios limítrofes dos campos localizados na Bacia de Santos, lembrando que o campo de Lula Tupi fica em frente a Angra dos Reis e não é considerada como tal. Em resposta, o Senhor Presidente comentou que o tema central dos trabalhos é a arrecadação, mas, que o assunto poderia ser tratado lateralmente, solicitando que ela encaminhasse, por ofício à Presidência da Comissão esta questão, para que fosse deliberada. Prosseguindo, acrescentou que fez uma pequena modificação no item 4.1, alterando a expressão "receitas não tributárias" para "receitas originárias" e solicitando à secretaria da Comissão, que incluísse a ABEP no rol das oitivas. Comentou que para a próxima reunião, dia doze de abril, estaria solicitando à ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, que fizesse uma explanação de como é aplicada a Resolução 12/2014 e como é feita a fiscalização das concessionárias. Seriam convidados, também, a Secretaria de Fazenda, e suas duas Inspeções, a de Petróleo e Gás e a de Participações não Governamentais, além do Tribunal de Contas do Estado, o Ministério Público Estadual e a OMPETRO. Acrescentou, que as reuniões serão abertas a qualquer empresa ou especialista da área de petróleo e gás, que estiver se inscrito para participar. Em seguida, falou que na próxima reunião, antes da explanação pela ANP, seria deliberada a requisição de profissionais com expertise no tema da Comissão, já estando autorizada pelo Presidente da Casa, a participação, como Consultor Jurídico da CPI, do Procurador da ALERJ, Doutor Rodrigo Lopes Lourenço, que já no próximo dia doze irá fazer uma preleção sobre a Lei 5139/2007. Em seguida, colocou em votação as propostas para a próxima reunião, tendo as mesmas sido aprovadas. Na ocasião, o Procurador Rodrigo Lopes Lourenço cumprimentou os membros da Comissão e agradeceu a confiança nele depositada. Cumprido o roteiro inicial para esta reunião, o Senhor Presidente concedeu a palavra aos demais membros, tendo feito uso dela a Deputada Martha Rocha, elogiando o trabalho do Doutor Rodrigo Lopes Lourenço e sobre a contribuição que pode ser dada pelo Doutor Magda Chambrind; o Deputado Chico Machado Vice-Presidente, que em sua fala mencionou que a CPI com a Presidência e a Relatoria e com a execução desse Programa poderá dar uma satisfação às perguntas da população e dos prefeitos e tem certeza que será feito um bom trabalho. A seguir, falou o Senhor Deputado Carlos Macedo, que parabenizou a Presidência pelo Programa de Trabalho e o corpo técnico da Comissão, citando que o nosso sistema eleitoral ainda não é distrital e que todos os parlamentares têm que defender o Estado e os noventa e dois municípios com relação aos Royalties e às Participações Especiais, acrescentando que a CPI irá retomar aquilo que alguém tentou cercar. Logo após, a palavra foi concedida à Deputada Enfermeira Rejane, que saudou os presentes e agradeceu por poder participar de uma CPI tão importante para o Estado do Rio de Janeiro. Parabenizou o Senhor Presidente pelo Programa de Trabalho, falou sobre a ADI ajuizada pela ABEP, que quis cercar o trabalho da ALERJ na fiscalização dos repasses e mencionou que a CPI irá a fundo nos levantamentos para descobrir o que esta por trás dessa caixa preta. Prosseguindo, falou o Deputado Márcio Pacheco que saudou a participação do Doutor Rodrigo Lopes Lourenço, citando ser ele um dos maiores conhecedores das questões constitucionais no país e que irá abrihantar os trabalhos, falou, também, sobre a participação da Doutora Magda Chambrind. afirmou que não se furtará a solicitar a contribuição grandiosa e técnica desses especialistas na elaboração do relatório final, e que o Programa de Trabalho mostra que a CPI tem uma linha propositiva mais do que punitiva. Concluindo, o Senhor Presidente falou que o escopo hoje aprovado, juntamente com a contribuição da qualidade de seus membros e assessorias técnica e jurídica, dão a ele a certeza de que será feito um trabalho justo e correto para o Estado e para os municípios petroleiros. Ao final, fez um breve comentário sobre as receitas de Royalties, Participações Especiais e ICMS dizendo que o Estado arrecada muito menos do que poderia arrecadar. Após, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Deputados membros efetivos e suplentes e suspendeu a sessão pelo tempo necessário para que eu, João Carlos dos Santos Barreto, Secretário, matrícula 200.833-2, lavrasse a presente ata. Reabertos os trabalhos, foi a mesma lida e aprovada, sendo assinada por mim e pelo Senhor Presidente. Em, 05 de abril de 2021 (a)João Carlos dos Santos Barreto-Secretário (a)Deputado Luiz Paulo-Presidente.